

A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E OS RETRATOS DE UMA UNIVERSIDADE AMAZÔNICA

Jéssica Regina Teixeira Melo-
Assistente Social da Universidade Federal Rural da Amazônia e
mestranda do PPGE/ UFPA
jessica.rtmelo@outlook.com

INTRODUÇÃO

Este estudo aborda a política de educação de assistência estudantil universitária na região amazônica em suas dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais. Para isso, fez-se um levantamento, no ano de 2017, do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES (Decreto Federal nº 7.234, de 19 de julho de 2010), executado na Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), no município de Capanema, localizado no nordeste paraense. Pretendeu-se analisar como esta política vem desencadeando suas ações diante de um contexto neoliberal repleto de disparidades e com intensas transformações técnico-científicas (VIEIRA, 2011). A UFRA desenvolve diversas ações voltadas à política da assistência estudantil, mas sua maior representatividade consiste na execução do PNAES, que propõe diretrizes para a democratização do acesso e da permanência de estudantes na educação pública federal.

A motivação de se trabalhar esse tema parte da vivência profissional, enquanto assistente social na UFRA/Capanema, responsável pelos processos de seleção do PNAES e seus auxílios. Essa condição favoreceu a realização de observações e coleta de informações sobre a execução desta política no referido campus. Os recursos metodológicos utilizados foram pesquisas bibliográficas e documentais, aplicação de entrevistas semiestruturadas e de questionário socioeconômico com os discentes que pleiteavam auxílios do PNAES no

campus. Os dados coletados foram analisados à luz dos estudos referentes às políticas públicas educacionais e à gestão educacional.

O trabalho se divide em dois eixos de discussão. O primeiro faz um traçado econômico e político da consolidação da política de assistência estudantil. O segundo analisa o relatório do processo seletivo do PNAES na UFRA, em Capanema, no ano de 2017, como forma de verificar sua expressão em uma região da Amazônia.

DO EIXO POLÍTICO E ECONÔMICO À EXECUÇÃO

A educação assume inúmeros desafios para o seu desenvolvimento enquanto política pública (PINTO, 2015). Um desses desafios é a ampliação do acesso e da permanência de estudantes na rede pública de ensino superior, um dos objetivos do PNAES. Nesse sentido, Behring (2011) acentua que as políticas sociais são de certa forma, maneiras de enfrentamento das expressões do capitalismo e da exploração do capital. Couto (2010) enfatiza que os direitos estão associados a um projeto de Estado social, buscando novas formas de combate às desigualdades sociais.

No entanto, não podemos deixar de analisar a conjuntura gestacional destas políticas, principalmente em uma avaliação histórica e dialética, como reflexo do desenvolvimento econômico e das contradições provenientes de um sistema de exploração e de dominação, que, conforme Lessa (2013), cria formas de manipular os ideais de bem-estar das políticas sociais, associando-as ao pensamento de que o aumento do consumo e do ideal de uma possível distribuição da renda e da riqueza representaria a superação das desigualdades sociais. Surge daí o desafio de se conciliar a implementação de políticas com gestão democrática para a viabilização de uma educação de qualidade neste emaranhado de desigualdades e contradições (SANTOS, 2018).

Nessa linha de proposições de amparo estudantil, embasado em uma política pública com vistas à inclusão social e à formação plena, no início dos anos 2000, o poder público e a sociedade civil se organizaram para a ampliação da política de assistência ao estudante universitário, que iria além do acesso, oferecendo condições de permanência e contribuindo para o desenvolvimento

acadêmico dos discentes até a conclusão dos seus cursos (BARRETO; BEZERRA; BARBOSA, 2005; NOBRE, 2011).

Assim, como resultado desse processo, o PNAES tem como objetivo central a inclusão social por meio de ações que visem as condições de permanência dos estudantes matriculados em cursos de graduação presencial das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e a redução das taxas de retenção e de evasão. Esse programa contempla os segmentos de moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico, acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

O PNAES NA UFRA EM CAPANEMA

Na UFRA, o PNAES se faz presente por meio do repasse orçamentário disponibilizado pela União, na representação do Ministério da Educação. Este recurso é recebido e distribuído para os seus seis campi, incluindo a sede em Belém, para a execução de suas atividades. Na UFRA/Capanema, esse recurso é direcionado, via edital anual, a auxílios financeiros nas modalidades alimentação, moradia, transporte, creche e apoio pedagógico e também um eventual e imediato auxílio, denominado emergencial, que pode ser acionado a qualquer tempo, dependendo da demanda apresentada pelo discente.

A UFRA foi implantada no município de Capanema em 2013. Atualmente, o campus possui 6 (seis) cursos de graduação. Em 2017, todo o processo seletivo e de acompanhamento do PNAES foi realizado pela equipe de atendimento estudantil e psicossocial do campus, diferente dos demais anos, que era realizado pela equipe volante da sede.

Como fruto de avaliação desse processo de concessão de auxílios, tem-se o relatório final, do ano de 2017, cujo documento traz informações gerais e dados dos auxílios e do perfil do público alvo (discente) neste ano. O relatório permitiu a construção de um retrato parcial de algumas demandas do Campus, tais como: a) quantidade de auxílios solicitados por modalidade (241); b) quantidade de auxílios concedidos (56); c) indeferimentos (5); d) demanda reprimida (76,8%); e) perfil socioeconômico dos inscritos, incluindo renda familiar

per capita, situação habitacional (com quem o discente reside), condição habitacional (alugada, própria, cedida, etc.), número de integrantes da família, deslocamento (distância entre moradia atual e universidade), principal meio de transporte usado para chegar à universidade, condição de saúde do discente e familiares, e discentes com deficiência e/ou doenças crônicas;

As análises sociais para os pareceres favoráveis à concessão de auxílios tiveram como principal critério a variável renda familiar *per capita*. Não obstante, foram realçados fatores como: a) o contexto social vivenciado pelos discentes, muitos deles afastados de seus núcleos familiares; b) a ausência ou carência de renda própria; c) a conjuntura econômica local do município, e d) o nível de amparo ao estudante, quanto aos recursos infraestruturais e materiais disponibilizados pela universidade.

A análise do perfil socioeconômico dos 241 estudantes inscritos apontou que 47,3% possuíam renda entre 234,51 a 469,00 reais; 61,8 % eram cotistas; 40,2% residiam com amigos, 22,4 % com parentes, 23,7 % com os pais e 13,7 % sozinhos; 66% residiam em casa alugada, por serem discentes provenientes de outras localidades e cuja dependência financeira familiar acaba sendo maior, vistos os custos de manutenção.

Este recorte reforça a necessidade de se considerar as especificidades locais, em especial, compreendendo que a política de assistência estudantil na Amazônia, perpassa também por visualizá-la em um contexto social, econômico e cultural, que reflete diretamente em sua execução.

REFERÊNCIAS

BARRETO, I. S.; BEZERRA, A. L. Q.; BARBOSA, M. A. Assistência universitária: compromisso social. **Revista da UFG**, Goiânia, v. 7, n. 2, 2005, p. 25-28.

BEHRING, E. R. **Política Social: fundamentos e história**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto nº 7234 de 19 de Julho de 2010. **Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES**, 2010.

COUTO, B. **O Sistema Único de Assistência Social: uma realidade em movimento**. São Paulo: Cortez, 2010.

LESSA, S. **Capital e Estado de Bem-Estar**: o caráter de classe das políticas públicas. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

NOBRE, A. M. Legislação da assistência estudantil no ensino superior público. Diagnóstico atual da UNIFAP. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, v. 16, n. 2747, 2011.

PINTO, G. **A política de assistência estudantil da UFF em faces**: a institucionalidade dos processos e perspectivas da demanda estudantil. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2015.

SANTOS, T. F. A. M. dos. A educação de qualidade, gestão democrática e “economia da dor”: como conciliar?. In.: SANTOS, T. F. A. M. dos (Org.). **Diálogos sobre educação básica**. Curitiba: CRV, 2018.

VIEIRA, M. M. M. **Educação e o mundo do trabalho** (Org.). Chapecó: Sinproeste, 2011.